

Título / Title: **Recensão / Review: MARTÍN VISO, Iñaki – *Asentamientos y paisajes rurales en el Occidente medieval*. Madrid: Síntesis, 2016 (241 pp.)**

Autor(es) / Author(s): **Gonzalo J. Escudero Manzano**

Universidade / University: **Universidade Complutense de Madrid**

Faculdade e Departamento / Unidade de Investigação – Faculty and Department /

Research Center: **Faculdade de Geografia e História, Departamento de História Medieval**

Código Postal / Postcode: **28040**

Cidade / City: **Madrid**

País / Country: **España**

Email Institucional / Institutional email: **gonzaesc@ucm.es**

Fonte: *Medievalista* [Em linha]. Direc. **Bernardo Vasconcelos e Sousa**. Lisboa: **IEM**.

**Disponível em:**

**<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA24/manzano2407.html>**

**ISSN: 1646-740X**

**Data recepção do artigo / Received for publication: 22-09-2017**



Recensão: MARTÍN VISO, Iñaki – *Asentamientos y paisajes rurales en el Occidente medieval*. Madrid: Síntesis, 2016 (241 pp.)

*Gonzalo J. Escudero Manzano*

O livro que apresento aborda a evolução do mundo rural no Ocidente europeu desde o século V a XV. Nele, o professor Martín Viso cria um quadro comum aplicável ao Ocidente medieval – isto é, a Itália, a França, as Ilhas Britânicas e a Península Ibérica –, que inavoidavelmente nos lembra por estilo, metodologia e conteúdo, Chris Wickham e o seu célebre *Framing the Early Medieval Ages*, embora recorte o marco geográfico à *pars occidentalis* e amplie o temporal até o final da Idade Média. Esta cronologia tão extensa desenrola-se ao longo de cinco capítulos: os dois primeiros estão dedicados ao período altomedieval (séculos V a X), continua com outro para a Idade Média Central (séculos XI a XIII) e uma última secção que aborda os séculos XIV e XV.

Finalmente, como complemento ao conteúdo principal, encontra-se um apêndice de dezassete textos comentados pelo autor usados como exemplo para aspetos tratados ao longo da obra. O livro oferece também uma série de imagens e planimetrias estratigráficas para ilustrar o assunto da leitura. Fecha a monografia uma pequena seleção bibliográfica com as principais referências citadas.

O início de cada capítulo repete o mesmo padrão: começa com uma alusão a uma unidade populacional concreta (El Pelicano, em Arroyomolinos – Espanha; Flixborough, em Lincolnshire – Reino Unido; Wharram Percy, em Yorkshire – Reino Unido; Châtelleraut, em Poitou-Charentes – França; e Gazzo, em Vercelli – Itália), que contextualiza e cuja evolução histórica comenta brevemente para assim entroncar num marco mais global similar ao caso de partida; pode-se comprovar como cada um dos

exemplos pertence às distintas regiões do Ocidente europeu que se analisam ao longo do texto.

Como já indicado, o livro começa nos inícios do medievo. O primeiro capítulo, “Poblados y espacios agroganaderos en la Alta Edad Media” (pp. 15-53), situa no século V a formação dos assentamentos campesinos e as suas primeiras modificações desde o século VII até ao século IX. Trata-se dum capítulo que anuncia a metodologia a seguir durante toda a monografia: modelos comuns na Europa ocidental (mediterrânica e atlântica), utilizando fundamentalmente fontes materiais e arqueológicas, embora não descure o registro documental.

Seguidamente, em “Dominio social y territorio en la Alta Edad Media” (pp. 55-94), aborda a hierarquização do espaço rural através de lugares centrais, isto é, assentamentos fortificados geridos por elites locais campesinas surgidas a partir da desintegração do Império Romano de Ocidente. Neste contexto podemos distinguir duas zonas diferenciadas: por um lado, as localizações mediterrânicas herdeiras da territorialidade romana e, por outro, os modelos próprios do Noroeste europeu. Aqui, produziu-se uma rutura mais brusca, que implicou uma concentração do poder em torno de um líder militar com atribuições judiciais, e que assumiu contornos políticos estatais, graças ao apoio aristocrático. Estas elites locais projetaram a sua força mediante a fundação de igrejas para perpetuar a sua memória, e não com a intenção de cristianizar o território – como comumente se tinha pensado. Nos finais do século X, é já visível a capacidade das elites locais para transformar a paisagem e o território, tónica que se repetirá no futuro.

Em torno de 1300 vão surgindo as aldeias, com uma clara diferenciação regional, embora com características comuns a todo o território analisado. Partindo deste paradigma, em “Aldeas y campos durante la expansión agraria medieval” (pp. 95-137), expõe-se como, por toda a Europa, os poderes senhoriais vão controlando as comunidades campesinas, inserindo-as no seu aparato fiscal e social. Tal produz uma série de transformações no funcionamento das igrejas, que vão perdendo a sua influência, na hora de articular o povoamento aldeão a favor das infraestruturas laicas – fundamentalmente os castelos. De todas as formas, apesar de perder as suas funções de

articulação territorial, os templos salvaguardaram a identidade local. As estruturas rurais que existiam desde os séculos altomedievais definiram-se e limitaram-se através dos senhorios laicos e da rede paroquial, ou seja, plasmou-se sobre o papel algo que já existia. Assim, a comunidade aldeã foi definida por uma série de relações internas expressadas na realização de atividades colectivas num território próprio.

Em “Paisajes del poder feudal” (pp. 139-180), Martín Viso analisa a formação das primeiras estruturas feudais. Estas produziram-se a partir de infraestruturas criadas *ex profeso* – como os castelos de mota – por parte da aristocracia política, como modo de plasmar fisicamente o poder senhorial. Estas elites, não obstante terem origem em famílias do século X com poder, seguiram padrões distintos dos das épocas precedentes. Relativamente ao contexto de construção premeditada de edifícios dominiais, assinala-se a visão que o autor oferece dos castelos, que – superando um dos tópicos mais difundidos – relaciona com o controlo sociopolítico, em lugar de os propor como estruturas vinculadas à atividade militar. Nesta proposta, afasta-se claramente dos já superados esquemas do *incastellamento* de Pierre Toubert. Contudo, a criação “desde cima” dos núcleos campesinos nem sempre foi bem sucedida, sobretudo quando se mostrou incapaz de atrair suficiente população.

No último capítulo, “Asentamientos y paisajes en movimiento (siglos XIV-XV)” (pp. 181-208), o autor apresenta as transformações que se produziram na Idade Média tardia, não como acontecimentos catastróficos, mas como resposta a uma nova conjuntura política, social e económica, cuja consequência imediata foi o despovoamento do mundo rural, a modificação das residências senhoriais – com o surgimento das casas fortes – e o avanço da exploração ganadeira. Este despovoamento deve ser entendido como parte de um largo processo que se iniciou no século XIII, e não como consequência de crises pontuais – como a Peste Negra ou as guerras. Foi a reação ao desenvolvimento da criação de gado em detrimento da agricultura, fenómeno que provocou o aumento da pressão fiscal em zonas cerealíferas e a diminuição da produção para autoconsumo. No entanto, a população não desapareceu biologicamente, antes emigrou, fundamentalmente para os centros urbanos. Os espaços também não foram completamente abandonados, mas abriram-se a novos tipos de exploração – granjas ou pastagens – ligados ao avanço da ganadaria. O último capítulo fecha, assim, o círculo

acerca do mundo rural no Ocidente medieval: desde a origem do povoamento nos séculos altomedievais até à sua transformação nos alvares numa nova etapa: a Modernidade.

Dentro destes cinco temas, seria aconselhável haver um maior aprofundamento quanto ao mundo muçulmano – sobretudo andaluz. Não obstante, o autor justifica-o na introdução (p. 13): trata-se de um tipo de estudo muito diferente do prosseguido durante a obra, que entende não ser possível homogeneizar e articular, uma vez que o universo islâmico e o cristão são dois sistemas – políticos, culturais e religiosos – completamente distintos. Contudo, não é inteiramente esquecido na obra, pois no terceiro capítulo é abordado o espaço fronteiriço com o Islão, como caso paradigmático da articulação territorial, já que o avanço cristão produziu um desmantelamento das estruturas prévias, cuja consequência foi a criação de uma territorialidade *ex novo*, de acordo com as necessidades do sistema de exploração feudal; por outro lado, no quarto parágrafo, é mencionada a projeção do modelo de criação de infraestruturas dominiais nas zonas conquistadas do Médio Oriente e no Al-Andalus.

Como balanço geral, qualifica-se a obra como manual de estudo para qualquer aluno que esteja a cursar ensinamentos relacionados com a História Medieval ou com o mundo rural europeu. Também é uma publicação adequada para uma divulgação dirigida a um público interessado, mesmo se não especializado na matéria. As explicações, as ilustrações, as planimetrias e, sobretudo, o apêndice de textos parecem perseguir tal fim. Estes últimos são especialmente proveitosos para o sector já citado: podem servir para práticas e trabalhos em aula. Já um leitor não versado no assunto pode usufruir das fontes primárias, graças aos comentários de um especialista. Ainda sobre o potencial de divulgação da obra, deve notar-se o rigor das citações, notas e referências bibliográficas, pois não se perde o carácter científico da monografia e o leitor interessado – quer seja estudante, quer alheio ao âmbito académico – pode aceder a mais informação relacionada com o tema.

## COMO CITAR ESTE ARTIGO

### Referência electrónica:

ESCUADERO MANZANO, Gonzalo – “Recensão / Review: MARTÍN VISO, Iñaki – *Asentamientos rurales en el Occidente medieval*. Madrid: Síntesis, 2016 (241 pp.)”.

*Medievalista* 24 (Julho – Dezembro 2018). [Em linha] [Consultado dd.mm.aaaa].

Disponível em

<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA24/manzano2407.html>

ISSN 1646-740X.

